
061ª SESSÃO ORDINÁRIA 29JUN2016

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Villela, colegas Vereadores, colegas da Câmara Municipal de Porto Alegre; quero fazer uma saudação especial aos professores e professoras que se encontram aqui presentes – vejo aqui a Silvana Conti, entre outras lideranças. Eu tenho origem como professor, fiz a Faculdade de História. Logo após, será feita uma boa discussão sobre a escola, inclusive vou querer me aprofundar nessa discussão que é pauta hoje, pois é um debate muito importante nos tempos em que a gente vive, em que as discussões, lamentavelmente, são muito atrasadas, a humanidade parece que caminha para trás.

Eu quero falar de um projeto que logo em seguida vai entrar na Pauta, sobre o Samuvet, que eu conheci em alguns poucos Municípios em todo Brasil. O Samuvet é uma ambulância de resgate, castração, vacinação, atendimento e orientação das pessoas para os bairros de Porto Alegre. Infelizmente, nós temos aqui em Porto Alegre, em 2016, quase 200 mil animais abandonados. A gente não se dá conta de que muitos animais foram atropelados, assassinados ou estiveram em condições de maus-tratos, e essas pessoas, na sua maioria, que entram em contato conosco, entram em contato com a Secretaria dos animais, não têm condições de levar seus animais até a Secretaria para ser atendido, muito menos um animal de rua, onde as pessoas não querem se responsabilizar, levar ele, Luciano, a uma clínica veterinária, um custo que muitas vezes é altíssimo; para qualquer pessoa de classe média, pagar um atendimento veterinário, que é equivalente ao valor de um atendimento humano, muitas vezes. Por menos que se gaste, ontem estava com um veterinário no meu gabinete falando isso, o custo mínimo de atendimento, hoje, muitas vezes é R\$ 500,00, R\$ 600,00, e quando é simples e puramente para atender algo básico. Muitas vezes esses custos vão a R\$ 1.000,00, R\$ 1.500,00, até R\$ 3.000,00, dependendo das cirurgias que são complexas, ocular, de tibia,

muitos animais furam os olhos, ficam com a coluna fraturada, e a Samuvet seria uma forma de a gente conseguir, além de atender esses animais no próprio bairro, resgatá-los, fazer o atendimento, uma forma conscientizadora e uma forma de a gente minimizar esse número tão extravagante que tem de animais abandonados, Se ela se propusesse a ir de bairro a bairro durante a semana, num bairro da Zona Sul, pegar cinco ou seis bairros e castrar, durante uma semana, centenas de animais, numa outra semana na Zona Norte, na outra semana no Centro, no Leste, mas ela cumpriria um papel. Esse debate vou trazer à pauta, e peço às pessoas que estão nos assistindo aqui, publicamente, a enviar *e-mails*, apesar de acreditar que não será dificuldade de ser aprovado, muitas vezes as questões relacionadas aos animais são questionadas, infelizmente, e ainda falta muita sensibilidade da parte dos seres humanos perceber os animais como seres vivos. Peço a todos aqueles que são envolvidos à causa animal, que tem seu animal e sabe o custo de manter um animal e que sabe e entende o que é ser um animal de rua, que passa fome, passa frio, passa por dor, passa por dificuldades como qualquer outro ser vivo, e que lamentavelmente aquele animal não tem ninguém para atender. Eu saio da minha casa todos os dias, e percebo, obviamente, por ser minha pauta, dezenas de animais na rua, me chama atenção isso. E eu sei, naquele momento, que a maior parte das pessoas que vê um animal pensa: “Ah, está na rua, deve ter dono”. Não tem dono, e cientificamente falando, um animal de rua, para vocês terem ideia, não chega a durar um ano de vida. Muitas pessoas acham que animal abandonado dura dez anos. Não dura, não. Ele sempre tem algum tipo de doença que não estava previsto, come lixo, acaba comendo plástico. Queria pedir isso, que as pessoas enviassem *e-mail* aos Vereadores, porque vai entrar em pauta agora, acho que daqui a um mês, pelo andamento do PL que apresentei, para que a gente coloque uma ambulância. Eu me comprometi publicamente, ao votar contra o aumento de salário como Vereador, a doar para o Município esse valor equivalente, ao longo dos quatro anos, a quase R\$ 50.000,00, já até assinei em cartório, para uma ambulância para resgate de animais. Mas não adianta eu doar se o Município não cumprir com seu papel fazendo com que a ambulância veterinária funcione. O primeiro compromisso eu tenho, mas preciso que o Município coloque um cirurgião veterinário e um assistente para atender nos bairros e a gente diminuir essa situação de abandono de animais de rua. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar da Lei da Mordça e a Escola Neutra X Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos e a Escola Emancipatória. Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa, representante da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e a Sra. Ana Maria Giovanoni Fornos, representante do Conselho Municipal de Educação. A Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa está com a palavra.

A SRA. RUSSEL TERESINHA DUTRA DA ROSA: Boa tarde a todos os presentes, gostaria de agradecer o convite da Ver.^a Jussara Cony para participar desse período temático sobre a Lei da Mordça e a Escola Neutra X Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos e a Escola Emancipatória. Participo dessa Sessão representando a Direção da Faculdade de Educação da URGs, sendo indicada pela direção porque participei, no último dia 10 de junho, como moderadora da Mesa de discussão sobre o Programa Escola sem Partido ou escola com mordça, organizada pelo professor Fernando Felizardo Nicolazzi, do Departamento de História da UFRGS. Participaram da Mesa: professora Roberta Baggio, especialista em Direito Constitucional; professora Natália Pietra Mendes, do Mestrado em História, especialista em Relações de Gênero; professor Said Salomón, da Rede Estadual de Ensino. Neste seminário houve um grande público que lotou o auditório da Faculdade de Educação, que foi unânime em se manifestar contrariamente a esses projetos de lei que têm sido apresentados nas instâncias Municipal, Estadual e Federal, que se autointitula: Escola sem Partido, mas preferimos chamar de escola com mordça. Para tratar do tema proposto, cabe iniciar com uma pergunta: por que foi proposto este projeto de lei, autointitulado “Escola sem Partido” nas esferas municipal, estadual e nacional? Embora os proponentes apresentem os projetos como apartidários, os seus apoiadores como os integrantes do Movimento Brasil Livre e dos Revoltados Online, que defendem perspectivas ultraconservadoras de direita. Cabe ainda salientar que 11 dos 19 proponentes de projetos inspirados por esse

movimento autointitulado “Escola sem Partido” são ligados a alguma igreja, embora o Estado brasileiro seja laico. O argumento dos defensores desses projetos de lei se baseia em testemunhos de poucos alunos – no site do movimento, foram 33 denúncias – que teriam sido vítimas de supostos educadores doutrinadores. Com base em informações isoladas e discutíveis, frente a uma população de 45 milhões de estudantes, pretendem estabelecer leis contra a liberdade de ensinar e enviar notificações extrajudiciais ameaçando professores com processos. O proposto nos projetos de lei não está baseado em fatos e pesquisas sérias acerca das condições de ensino no País, mas em opiniões.

Esses projetos parecem ignorar que o Brasil tem uma história de dívida com a sua população em termos de acesso à educação e a outros bens materiais e culturais, vivendo um processo de escolarização tardia que teve início de forma excludente somente na segunda metade do século XX. A partir da redemocratização do País e da promulgação da Constituição Federal, de 1988; do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990; e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o quadro de exclusão começou a ser revertido. Na década de 1980, quando eu estava na Educação Básica, 50% da população que ingressa na escola não passava do primeiro ano primário e somente 13% da população escolar concluía o oitavo ano do antigo Ensino de Primeiro Grau. Portanto, só recentemente começaram a ser estabelecidas bases democráticas para o nosso País pela expansão de matrículas nos sistemas de ensino e de estratégias de permanência e de promoção dos jovens nas instituições educativas.

Dentre essas estratégias estão políticas de investimento como os programas de transferência de renda, Bolsa Família, e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, incluindo a educação Pré-escolar e o Ensino Médio como níveis de ensino obrigatórios e que exigem investimentos por parte do poder público.

Mas ainda existem inúmeros problemas e desafios para a educação brasileira e certamente a suposta doutrinação de esquerda não é um deles, haja vista o avanço das idéias de direita difundidas entre os brasileiros, expressas no conservadorismo do Congresso Nacional. E mais, se houvesse uma tendência de os professores difundirem ideologias de esquerda, as greves teriam uma adesão muito maior do que temos presenciado, e o movimento de ocupação das escolas estaduais, realizado pelos estudantes, teria recebido mais apoio da classe docente. Por outro lado, a violação de direitos humanos está bem documentada em pesquisas feitas por instituições brasileiras e

por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas. Então, eu pergunto: por que as instâncias legislativas perdem tempo com um projeto que visa a promover a perseguição política de professores, quando temos tantos outros problemas mais relevantes a serem enfrentados? (Palmas.)

Atendo-me a minha própria universidade, vale lembrar o caso recente de espancamento de um estudante indígena por outros universitários, contrários às políticas de ações afirmativas que visam a reconhecer e a promover o direito à Educação pela reserva de vagas sociais e étnico-raciais. Houve também o caso de uma criança de dois anos assassinada em uma rodoviária em Imbituba, em Santa Catarina, no final de 2015; e, recentemente, o massacre de um grupo guarani kaiowá no Mato Grosso do Sul. Somam-se a esses fatos, relatórios das Nações Unidas, os quais indicam que os jovens negros são as principais vítimas da violência policial no Brasil. Esses dados apontam para a necessidade de sensibilizar a população brasileira por meio da análise das desigualdades étnico-raciais nas escolas, cumprindo o previsto nas leis de 2003 e de 2010, que propõe o Estatuto da Igualdade Racial e a História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

A concepção de educação como direito, requer o acolhimento dos estudantes em sua diversidade, habilitando-os para o exercício de outros direitos. Para tanto, é recomendada a incorporação, nos percursos formativos, de narrativas dos grupos historicamente excluídos com a meta de superar discriminações e preconceitos, para que nossa população possa conhecer as contribuições ao processo civilizatório dos povos que foram, ao longo de 500 anos, escravizados e explorados, tendo suas memórias subtraídas e apagadas. Se desejamos que os estudantes vejam sentido em nossa escola, faz-se necessário que eles se reconheçam pela abordagem da diversidade sociocultural e da luta por espaços de participação de grupos marginalizados em uma instituição que foi dominada historicamente pela cultura eurocêntrica, machista e homofóbica. Cultura essa com um viés ideológico de direita.

A inclusão social nos espaços educativos também requer adequações arquitetônicas na infraestrutura material das instituições, visando garantir a autonomia e a independência de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Uma educação que assuma o compromisso de garantir os direitos humanos precisa de investimentos expressivos para a valorização dos profissionais da educação com salários e ambientes de trabalho dignos.

A concretização de uma proposta educacional de qualidade se faz por professores que sejam autores dos projetos pedagógicos das escolas e sintam-se valorizados.

Portanto, os docentes não podem ser perseguidos e criminalizados, necessitam de tempo e de condições materiais para desenvolver um trabalho coletivo. E a valorização dos educadores implica na possibilidade de atuarem em uma única instituição, de forma a construir vínculos com a comunidade escolar e constituírem equipes de trabalho que possam atuar de forma coordenada e cooperativa. No quadro atual de baixos salários, os professores trabalham de 40 a 60 horas semanais, precisando deslocar-se entre diferentes instituições para poder sobreviver precariamente, sem qualquer possibilidade de planejar e avaliar adequadamente as experiências pedagógicas.

Essa precariedade não tem atraído os jovens profissionais para a carreira do magistério e, certamente, o risco de ser perseguido politicamente em nada contribui para a recomposição dos quadros do magistério.

A Educação precisa orientar-se por princípios éticos de acolhimento da diversidade de origem, etnia, idade, convicção religiosa, gênero e orientação sexual dos estudantes pela valorização de seus saberes, identidades, culturas e potencialidades. Tal abordagem possibilita o empoderamento de mulheres e de homossexuais e sensibiliza o conjunto dos estudantes de modo a romper com a cultura do ódio e da violência. Também é necessário considerar o princípio ético da sustentabilidade socioambiental, como o cuidado de si, dos outros e do planeta, um tema tão necessário em um país que testemunhou recentemente a tragédia ambiental causada pela contaminação da bacia do Rio Doce, em Mariana, Minas Gerais.

A sociedade brasileira é desigual de forma estrutural, incorrendo em graves violações dos direitos em consequência da exclusão socioeconômica e política, produzindo autoritarismos, discriminações e múltiplas formas de violência. Tais contradições precisam ser reconhecidas, exigindo compromisso dos vários agentes públicos e da sociedade em geral com a realização dos direitos humanos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Muito obrigado, Dra. Russel Teresinha Dutra da Rosa.

A Sra. Ana Maria Giovanoni Formos, representante do Conselho Municipal de Educação, está com a palavra.

A SRA. ANA MARIA GIOVANONI FORMOS: Cumprimento o Vereador que preside esta Sessão, boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Em nome do Conselho Municipal de Educação agradeço o convite para esta manifestação.

O PL nº 124/16 propõe em sua ementa instituir, no âmbito da educação municipal, as diretrizes orientadoras ao comportamento dos estabelecimentos de ensino, funcionários responsáveis e do corpo docente no Ministério que envolve o ensino de questões sociopolíticas, preconizando a abstenção da omissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia à determinada corrente político-partidária ideológica, desviando-se da neutralidade, do equilíbrio necessários à condução de aprendizado do corpo discente. Bastaria citar alguns artigos da Constituição Federal do Brasil e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para se ter clareza que o referido projeto fere, já na sua ementa, os princípios constitucionais que traduzem a concepção do Estado brasileiro como Estado Democrático de Direito, fundamentado na soberania, na cidadania, na dignidade das pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político.

Um dos objetivos fundamentais da república é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. E a todos é garantida a livre manifestação do pensamento.

A gestão democrática é respaldada no art. 206 da Constituição e no art. 3º da LDB, onde são tratados os princípios pelos quais o ensino será ministrado. Essa modalidade de gestão deve ser orientada pelos princípios da liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a gestão democrática, entre outros. Os processos administrativos devem refletir as práticas democráticas adotadas na gestão em que deve haver coerência entre a finalidade de formar para a cidadania e a democracia e os meios adotados para a construção desses fins. Portanto, para formar cidadãos democráticos a escola deve estar organizada e fundamentada no diálogo, na transparência, na coerência, fomentando na comunidade escolar uma atitude de confiança e respeito.

A Lei nº 8.198/1998, que cria a o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, reverbera os preceitos democráticos da educação brasileira, reafirmando os ideais de igualdade,

liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana como fundamentos para a promoção do exercício da cidadania. Para tanto, terá por finalidade a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e consciente dos seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes os valores éticos e o aprendizado da participação, bem como a produção e difusão do saber e do conhecimento e a preparação do cidadão para a efetiva participação política. A mesma lei, ao estabelecer os princípios da educação no âmbito do sistema municipal de ensino compreende o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, a gestão democrática do ensino público, a garantia de uma educação laica e pluralista nas escolas públicas e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. Isso flui como fórum máximo de deliberação dos princípios norteadores das ações das escolas da rede pública municipal, o congresso municipal de educação e que a gestão democrática se dará pela participação da comunidade nas decisões e encaminhamentos fortalecendo a vivência da cidadania e garantindo a autonomia da comunidade escolar para definir seu projeto político pedagógico. A autonomia aqui reivindicada não é uma autonomia imperativa de uma comunidade que se coloca acima das outras, mas a autonomia da escola existindo em rede com outras escolas também autônomas. Uma escola em permanente diálogo intra e intercomunidades sendo esta relação constitutiva de seu etos. É autonomia que preserva a singularidade e a diversidade do exercício da cidadania associada à preocupação com o bem de todos. Portanto, o sistema municipal de ensino de Porto Alegre se constitui a partir de um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis abraçando princípios como a não discriminação, a igualdade, a justiça, a tolerância, e o respeito à dignidade humana e estes princípios se aplicam ao longo de todo o sistema educativo e em todos os contextos de aprendizagem. Seria necessária somente a Constituição e a legislação educacional, que dela advém para refutar a chamada "lei da mordaza", pois a regulação do comportamento dos funcionários responsáveis e corpo docente das escolas, através do controle preventivo do pensamento, ou seja, da censura prévia às mensagens que se pretende comunicar, é o mais grave atentado à liberdade de expressão e ensino. O art. nº 206, soma-se ao art. 5º da Constituição Federal, por ter liberdade de ensino garantida, o docente não perde o direito à liberdade de expressão,

que não pode ser suprimido de nenhum brasileiro. No entanto, é importante referir-se sobre a suposta neutralidade da condução do aprendizado do corpo existente, que é usada no PLL para justificar o controle do ensino das questões sócio-políticas e a abstenção da omissão de opiniões. Não se pode, ingenuamente, acreditar que a escola seja independente do meio social, alheia às influências externas, e neutra em relação às várias disputas que envolvem a sociedade. O currículo escolar é gerado em relação ao meio social específico, e sofre as influências dos fatores que compõem a cultura de que faz parte. É produto da sociedade, influi nela, e dela sofre as influências. Já lá, nos parâmetros curriculares nacionais, publicados em 1997, debatiam a importância do ensino para a formação da cidadania e caracterizavam o conhecimento científico-tecnológico como atividades humanas de caráter histórico e, portanto, não lentas. Na apresentação do material era salientado que, aos professores, cabia a transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade por meio de aulas expositivas e, aos alunos, a absorção das informações. O conhecimento científico era tomado como neutro, e se punha em questão a verdade científica; e continua. É intenção deste texto oferecer aos educadores alguns elementos que lhes permitam compreender as dimensões do fazer científico, sua relação de mão dupla com o tecnológico e o caráter não neutro desses fazeres humanos. Portanto um suposto discurso de neutralidade da ciência não existe, é apenas a reprodução do discurso normativo dominante. Embora as contribuições das ciências sejam reconhecidas para o bem-estar das populações, devem ser submetidas a questionamentos em termos de valor e ser objeto de um debate do qual participa toda a sociedade. A diversidade cultural, direito das culturas não ocidentais de existirem, deve ser respeitada. É necessário ainda trazer à luz a Resolução nº 1 de 2012 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com fundamento no Parecer nº 8 do mesmo conselho. A educação em direitos humanos fundamenta-se na formação ética, crítica e política do indivíduo. A formação ética se atém a preceitos subjetivos; dignidade da pessoa, liberdade, justiça, paz, igualdade, reciprocidade entre as nações são tidas como valores humanizadores. Já a formação crítica implica o desenvolvimento de juízo de valores diante dos cenários cultural, político, econômico e social. Por fim, a formação política trabalha num ponto de vista transformador, promove o empoderamento compreendido como a emancipação dos indivíduos para que eles próprios tenham capacidade para defender os interesses da

pág. 9

coletividade. Uma das concepções trazidas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos é a da educação para a mudança e a transformação social. Essa transformação proposta está relacionada a fazer com que o sujeito passa a realizar uma nova interpretação de sua existência, tornando-se livre das violações e dos preconceitos que permeiam o seu ambiente, como, por exemplo, as desigualdades, a violência e a discriminação. O conhecimento sobre os direitos humanos se constrói na medida em que os homens tomam consciência das diferentes verdades sobre liberdade, justiça, igualdade, dignidade humana e principalmente sobre situações em que os direitos humanos são violados em suas vidas.

A democratização da sociedade exige, necessariamente, informação e conhecimento para que a pessoa possa situar-se no mundo, argumentar, reivindicar e ampliar novos direitos. Cabe, portanto, perguntar: como é possível cumprir o que estabelece os princípios constitucionais, os princípios da educação nacional, os princípios do sistema municipal de ensino de Porto Alegre e as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos sem a possibilidade da negociação de saberes e a busca de consensos nas diferenças e nos diversos espaços do ambiente escolar e comunitário? Como é possível isso acontecer se a proposta é amordaçar os sujeitos que constituem a escola?

Como bem afirma Paulo Freire: “a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, eu queria cumprimentar a Professora Doutora Russel Teresinha e a Professora e Conselheira do Conselho Municipal de Educação Ana Maria Giovanoni, cumprimentar os municipais e as municipais de Porto Alegre que lotam a Câmara, categoria que está no seu 16º dia de greve. Inclusive nós estivemos, pela manhã, acompanhando a luta dos trabalhadores e dando a nossa solidariedade diante do corte do ponto e da luta por direitos. E acho que é importante fazer este resgate do dia de hoje, das greves da categoria, dos nossos

educadores e educadoras do Município, colegas da ATEMPA, do Simpa, porque, infelizmente, nós estamos discutindo a escola da mordça ao invés de estarmos discutindo a escola com professor, a escola com segurança, a escola sem assédio moral. Infelizmente o debate é muito raso, mas é necessário enfrentá-lo com toda a qualidade técnica trazida, com toda a qualidade daqueles que conhecem a LDB, que conhecem a Constituição Federal, que conhecem os preceitos democráticos, e eu me enquadro naqueles que conhecem história. Nós vimos, nos anos 1960 e nos anos 1970, uma verdadeira perseguição aos professores e estudantes, quando, na América Latina, se viveram períodos tenebrosos da ditadura militar. Nós vimos professores serem presos, nós vimos estudantes serem amordaçados. Nós vimos o livro O Pequeno Príncipe ser proibido pelos autoritários ditadores da ditadura brasileira. Nós vimos, aqui na vizinha Argentina, que também viveu uma ditadura muito cruel, o livro, A Cuba Eletrolítica, ser retirado de uma feira de ensino porque tinha a palavra “cuba”.

Vimos, aqui nesta Câmara Municipal de Ensino, durante a votação do Plano Municipal de Educação, uma emenda que retirou a palavra “gênero” de todas as citações do Plano Municipal de Educação, construído em congresso com a Rede Municipal de Ensino, mostrando não só gente atrasada e machista, que não veem que os estudos de gênero têm mais de 30 anos de história na academia, um século de luta das mulheres; gente obtusa, que, inclusive, tirou gênero literário das discussões do Plano Municipal de Educação. Nós sabemos que esses querem fazer o mesmo debate macartista, o mesmo debate ridículo promovido durante a ditadura militar nos países. Nós sabemos que esses que se dizem apartidários, do MBL, do Revoltados Online, que criaram essa plataforma nacional Escola sem Partidos, na verdade, foram financiados pelo PMDB para promover os atos a favor do *impeachment*, e esta não é uma denúncia desta Vereadora, mas uma denúncia que está veiculada em vários *sites* de comunicação do Brasil inteiro. O movimento Revoltados Online tem relação com o machista e autodeclarado estuproador Alexandre Frota, com relações com o reacionário Ministro da Educação, Mendonça Filho. Nós sabemos que esse discursinho, essa cantilena enfadonha dos que querem se colocar sob o manto da pretensa neutralidade é, na verdade, para defender as posições políticas deles. Nas escolas, ensinam que quem acabou com a escravização foi a Princesa Isabel, e não a luta dos negros e negras durante séculos contra a escravização no Brasil; ensinam que quem concedeu o direito ao voto foi o Getúlio Vargas, e não os 30 anos de

luta encarniçada das mulheres brasileiras para poderem, sim, ter o direito ao voto, começando uma luta feminista do Brasil. Nós sabemos que esses querem tratar os estudantes como uma tábula rasa, como se pudessem ser doutrinados, mas, felizmente, a juventude é sujeita de direitos, ocupa a escola pelos seus direitos, faz passeata de rua, defende as lutas contra o aumento das tarifas.

Então eu quero dizer para os desocupados que tratam de fazer esse debate macartista para não entrarem nas vias de fato dos seus governos, que massacram os professores, como é o caso do Governo Sartori; para não entrarem nas vias de fato da discussão dos problemas da rede municipal e tentarem fazer um debate para aparecerem – Presidente, conluo por aqui –, porque serão derrotados pela história, pelos professores, pelas professoras, pelas mentes democráticas e por todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Villela. Meu abraço, meu cumprimento às excelentes e competentes falas da Professora Doutora Russel Teresinha Dutra da Rosa, que representa a Faculdade de Educação do Rio Grande do Sul, e da Professora Ana Maria Giovanoni Fornos, do Conselho Municipal de Educação, colega da educação especial, que nos orgulha muito, e da educação física. Quero, ao cumprimentar as duas professoras, cumprimentar todos vocês colegas, professores, funcionários e funcionárias de todas as secretarias que, como uma das atividades da greve, comparecem a esta Casa mais uma vez, comparecem no bojo de uma greve de mais de duas semanas, uma greve heróica, justa, porque busca o que está escrito na legislação votada nesta Casa em 2006: que a data base dessa categoria é em maio, com reajuste anual e com base na inflação aferida no período anterior. Está escrito na lei votada nesta Casa! Diante dessa reivindicação que é justa, diante do que nós vimos denunciando e combatendo há anos e que no ano passado se agudizou, diante das opções do Governo de dar abono para algumas categorias de altos salários da Prefeitura em detrimento do conjunto do funcionalismo, é assim que quero cumprimentar a presença de todos e todas vocês aqui nesta Casa.

Nessa mobilização, o tema da mordação, na forma de legislação proposta no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e nesta Casa também, essa lei da mordação amplia os sentidos, e é disso que quero falar, porque o sentido inconstitucional contra o plano de carreira, contra o Plano Municipal de Educação, contra as leis todas votadas nesta Casa, que nós construímos bravamente pela ATEMPA nos anos 80, que foi a Lei da Gestão Democrática que está consubstanciada na Lei do Sistema Municipal de Ensino, na Lei do Conselho Municipal de Educação, na Lei de Eleições Diretas para Diretor, na Lei dos Conselhos Escolares, todas essas leis constroem a gestão democrática da educação em Porto Alegre, da sala de aula ao sistema de ensino, prevendo conferências de educação, prevendo o plano de educação, prevendo a autonomia pedagógica, como foi bem dito aqui pela professora Ana Fornos, que não é uma autonomia isolada, mas uma autonomia de Rede Municipal de Ensino.

Eu quero falar da outra dimensão da lei da mordação. Quando se implanta ponto eletrônico nas escolas, se amordaça os professores, sim, e a tecnologia não chega na sala de informática, e o Wi-Fi não chega na escola, e não tem como trabalhar com qualidade na rede municipal de ensino. Se impõe a mordação, quando se deixa a escola à mercê da violência, não se contrata guardas municipais e não se dá estrutura de trabalho para as comunidades escolares. Se implanta a mordação, quando se trata direções e escola com sindicâncias persecutórias, com sindicâncias punitivas, que retiram professores e diretores como nós nunca vimos nesta rede municipal de ensino, essa alternância de direções e vice-direções e essa forma de tratar conflitos que acontece nas nossas comunidades todo o tempo. Se implanta a lei da mordação, quando se pune, sim, uma categoria que está em luta, que não fechou negociação e tem os descontos nos seus contra-cheques, porque, bravamente, vem buscar os seus direitos.

Eu encerro, Presidente desta Casa, neste período de Comunicações, homenageando a professora, educadora e lutadora, Jussara Cony, que propôs o tema aqui, dizendo, Ver.^a Jussara, que esse tema é muito pertinente porque tem todas essas dimensões, todas essas dimensões que lutam os nossos educadores, professores e funcionários municipais para terem política pública de qualidade nesta Cidade, que não é a política pública imposta, que não é a reprodução de verdades já ditas, porque conhecimento é autoria, é pensamento, é liberdade, é transformação, e nós somos pelo pensamento crítico, pela

escola cidadã, a escola transformadora e pelo respeito e parceria com o conjunto dos municipais e das municipais. Parabéns pela luta de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Boa tarde a todos e a todas, Presidente Guilherme Socias Villela, eu cumprimento V. Exa., e peço, antes de mais nada, para saudar a todos os municipais e municipais que estão presentes, nas ruas, no Paço Municipal no sentido da luta por seus direitos, por sua dignidade salarial e profissional, aliás, em greve, legítimo direito de organização e de fazer greve, porque a greve é uma conquista dos trabalhadores brasileiros, é a mais elevada forma de luta que tem no mundo, os trabalhadores e trabalhadoras, para garantir os seus direitos. Aliás, direitos que hoje, na Nação brasileira, estão sendo cada vez mais aviltados pelo golpe à democracia e ao Estado Democrático de Direito. Sr. Presidente Villela, agradecendo a V. Exa. a presidir essa Sessão, cumprimento a Prof.^a Dra. Russel Teresinha Dutra da Rosa, representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual sou funcionária e me formei farmacêutica – sempre digo, a UFRGS é a maior parte, talvez, da minha vida, com tudo que aprendi, e hoje a tua presença aqui dignifica muito os professores da nossa Universidade; cumprimento também a Prof.^a Ana Maria Giovanoni Fornos, representante do Conselho Municipal de Educação, gratidão por aceitarem esse convite e nos trazerem aqui toda essa sabedoria acumulada pelos profissionais de educação, através das duas que estão na Mesa, aproveito para cumprimentar todas as educadoras e educadores que estão aqui neste momento. Prestigiam essa solenidade Silvana Conti, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, companheira de luta; Fabiane Dutra, presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres; Sra. Vera Daisy, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Sra. Elis Regina Gomes, presidente da Unegro, companheira do Movimento Negro de tanta luta; Sra. Rose Colombo, representante da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, Prof. Alexandre Wood, da ATEMPA, estão aqui todos os companheiros da direção do Simpa, Sindicato dos Municipais, em luta; cumprimento a nossa Ver.^a Titi Alvares,

que vai assumir em seguida, vão ser duas mulheres de luta na nossa bancada; cumprimento a UBM – União Brasileira de Mulheres, já está com um abaixo-assinado junto com o CPERS e com os movimentos sociais contra essa legislação. Quero dizer que sou autora do requerimento para esta 4ª Temática. E o fiz, exatamente, pelo tipo de mandato que tenho, pela concepção que tenho do que é um parlamento. Na década de 80, fui Vereadora pela primeira vez; depois tive quatro mandatos de deputada e agora voltei como Vereadora do PCdoB, sempre me pautando pela realidade objetiva que as comunidades, educadores, trabalhadores da saúde, enfim, que os trabalhadores trazem para dentro desta Câmara Municipal. Tenho muito orgulho de ter sido autora do pedido desta 4ª Temática.

Sr. Presidente, eu pressuponho, antes de tudo, viver ainda – apesar deste golpe – num regime democrático. Pelo menos, todos nós estamos fazendo força para a democracia vencer, para a civilização vencer a barbárie que querem nos impor. Hoje as ideias que se antagonizam só o podem na democracia e que não somente possam, mas que devam ser debatidas, discutidas, aprofundadas nesta Casa de corrente da democracia; portanto, todos são bem-vindos aqui para esse debate.

Os projetos já foram levantados, tem um projeto nacional, tem um projeto estadual do Deputado Marcelo Van Harten na Assembleia e aqui representado pelo Ver. Valter Nagelstein, no direito de apresentar os seus projetos. Esses projetos, senhores, atacam as diretrizes nacionais de educação e direitos humanos e se contrapõem aos planos nacional, estadual e municipal de educação. Aliás, plano este que foi exaustivamente nesta Casa. Foi melhorado, veio de um congresso de professores que construíram o Plano Municipal de Educação. Aqui também foram arrancadas questões importantes como a de gênero e a das diversidades. A chamada escola sem partido – defendida nesses projetos – apresenta-se por meio de uma suposta neutralidade, mas na essência, vem com o intuito de restringir o trabalho de professores e professoras em salas de aula, impedindo aquilo que é fundamental para uma democracia: que é a formação crítica dos estudantes, de um ensino voltado para a cidadania, para uma educação não sexista, para as relações de classe raça, etnia, gênero e inclusive orientação sexual. Tem gente que entra em crise quando se fala em orientação sexual. Querem amordaçar a escola, isso é uma afronta à liberdade de educar, restringindo o papel dos educadores, dos nossos mestres, porque os grandes mestres estão ali. Inclusive, a educação fundamental, no

pág. 15

início da nossa formação, de transmitirem conteúdos ao tempo em que ameaçam a liberdade de expressão, provocando, no meu entender, um retrocesso aos direitos constitucionais e atacam os conceitos de educação libertadora, sintetizados por Paulo Freire através da Teologia da Libertação. Casualmente, abro o Facebook hoje de manhã, tipo 6 horas da manhã, e está lá: “Quando a educação não é libertadora [vejam se isso também não está acontecendo no nosso País], o sonho do oprimido é virar opressor”. Nós não queremos que nenhum oprimido vire opressor na Nação brasileira. Não podemos rescindir o direito dos professores e professoras de exercer a sua profissão com dignidade, como também não podemos admitir restrição à luta da juventude, das mulheres, das negras e negros, da comunidade LGBT, dos trabalhadores e trabalhadoras. O ato de educar precisa estar vinculado aos acontecimentos e transformações, à realidade da sociedade. Falar da Lei Maria da Penha, Lei nossa, nos currículos escolares, através do gibi Maria da Penha na Escola da Vida, é exatamente enfrentar o machismo, é enfrentar o preconceito, é enfrentar o fundamentalismo, é enfrentar todas as formas de opressão. Falar do racismo e do feminicídio. Nós precisamos fazer isso, sim, nas escolas, porque também lá as crianças são agredidas, são violentadas na sociedade, e muitas vezes é na escola que isso é descoberto, através, por exemplo, da Lei Maria da Penha nos currículos escolares. Temos que nos preocupar com a escola e com a educação, sim, mas na perspectiva de garantir os repasses constitucionais, direitos conquistados como, por exemplo, 10% do PIB para educação; o dinheiro do pré-sal, que estão querendo entregar, entregando a soberania nacional; as metas dos planos municipal, estadual e nacional. Creio que a comunidade escolar, os gestores avançados na concepção dessa política pública da educação não vão permitir retrocessos, como querem esses autores desses projetos, em todos os níveis, ao proporem as diretrizes comportamentais para os trabalhadores e trabalhadoras de educação. Propor diretrizes de comportamento para trabalhador e trabalhadora de educação é restringir direito de cidadania desses trabalhadores, e esses trabalhadores não vão admitir. Proibindo, por exemplo, os temas de Sociologia, de Filosofia das relações humanas nas escolas. E quero dizer para vocês, companheiras, companheiros e para minha colega da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, no fim da década de 1950 e início da década de 1960 – eu venho desse tempo, e falo de cadeira isso –, eu vivenciei aquele famigerado acordo MEC-USAID, que tirava as disciplinas de Sociologia... (Som cortado automaticamente por

limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu falava que tirar as disciplinas fundamentais, por exemplo, da nossa área de saúde para a humanização do Sistema Único de Saúde, foi um atraso. Com a Sociologia e Direitos Humanos na área de saúde é que nós podemos atender com humanização a garantia da vida, a vida material, biológica, espiritual e cultural da população.

Quero finalizar dizendo também que o Plano... E eu tenho como fundamentar isso aqui. Nós podemos garantir isso que eu estou falando, sustentados pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pelas diretrizes nacionais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir: as temáticas de inclusão, bem como desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem, além do acesso, a permanência como aprendizagem nas escolas. A escola não pode ser uma coisa opressora, a escola não pode ser uma coisa chata, a escola tem que conquistar, e é isso que os professores procuram fazer para não haver evasão escolar, para a gente construir uma outra sociedade, para que a gente, juntos, os mais velhos e a juventude... Eu sempre disse isso e vou dizer aqui que tem gente que tem mania, naturalmente quando é da perspectiva do atraso, de olhar para os jovens e dizer: "Vocês são o futuro do País!"

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Já agradei meus colegas de oposição do PSOL e do PT – Ver.^a Sofia, Ver.^a Fernanda, Prof. Alex, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Comassetto e Ver. Adeli –, estamos juntos nesta e em tantas outras. Quando dizem para a juventude... Eu aprendi isso com meus avós, aliás, meus avós comunistas, porque sei que vão vir aqui me tachar de comunista, e eu sou, graças a Deus! Desde criancinha, nasci numa família ferroviária de comunistas, e aprendi com eles. Esse negócio de que a juventude é futuro é para tirar a juventude da luta! A juventude é o presente para construir, com todos nós, uma nova sociedade libertária, amorosa, feminista, não racista, não homofóbica, socialista, com a cara e a coragem e a cultura do povo brasileiro. Então essa temática de inclusão, bem como o desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem, além do

acesso, a permanência como aprendizagem na escola é um conceito fundamental de uma luta histórica do povo brasileiro, que é a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Isso é uma construção dos professores, da comunidade escolar, dos movimentos comunitários, da luta dos negros, das mulheres, dos LGBTs, de todas essas legislações em que nós avançamos na conquista, muitas delas na época da ditadura militar e que hoje estão em perigo na Nação brasileira! Então, nós temos que enfrentar todo e qualquer projeto de lei, venha de onde vier, que garanta o retrocesso de tudo aquilo que nós conquistamos.

Eu quero agradecer muito a todos que estão aqui, agradecer as duas convidadas: vocês trouxeram elementos fundamentais para esta Casa Legislativa, para a discussão desse projeto, com a visão estratégica de uma professora universitária e de uma professora municipal de base lá da comunidade. Eu quero agradecer muito a vocês duas que, de forma concreta, importante, democrática aqui vieram para um debate estratégico! Esse debate é a formação de seres humanos – é disso que nós estamos falando e é isso que querem proibir! A família é essência e estratégica, sim. Eu, como mulher, chefe de família, dos meus cinco filhos, quatro nasceram durante a ditadura militar e um na época das Diretas Já. Eu ia às escolas quase que todo dia, eu era chamada porque impunham às professoras aquela “lei”, OSPB, que começava com uma poesia que dizia assim: os homens pensam; as mulheres sentem. Meus dois filhos homens chegavam para mim e diziam: mãe, eu sinto! As minhas filhas chegavam para mim e diziam: mãe, eu penso. Tem que ir lá na escola! Tem que ir lá na escola porque estão dizendo que as mulheres só sentem, e os homens só pensam. Isso não é formação para libertação. Por isso que hoje e no decorrer desse debate todo, queremos seres humanos que estejam apropriados da realidade objetiva das suas Cidades, de seus Estados, da sua Nação, do seu País, para transformar na perspectiva da construção de um novo mundo, onde as nossas diferenças, naturais e diversas, possam ser vividas na igualdade, na liberdade e na paz.

Nós estamos em um momento difícil da humanidade! Há pouco eu dizia que estamos em uma encruzilhada histórica, entre civilização e barbárie. Nós queremos a civilização, nós não queremos a barbárie, nem para as crianças de Porto Alegre, do Estado ou do Brasil. Nós não queremos a barbárie – nunca me sai da cabeça a imagem daquele menino negro, naquele mar imenso, morto pela barbárie do capitalismo – vocês todos devem se lembrar! Como eu creio e acredito, aquele menino, embora morto daquele jeito, pela

desgraça de nações que exploraram outras nações, na beira daquele mar, sem dúvida, estava ali protegido por mãe lemanjá.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estou aqui, antes de tudo, para defender as conquistas democráticas da Constituição Federal de 1988, especialmente o Capítulo III, Da Educação, que algumas pessoas, mesmo alfabetizadas, são analfabetas políticas ou se recusam a ler e explicar a Constituição. Diz a nossa Constituição: “É um direito fundamental: pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; que é necessária a valorização da educação escolar; e a gestão democrática do ensino público; que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Ou seja, alguns esquecem aquilo que nós sempre falamos: liberdade de cátedra. Aqui, em Porto Alegre, as pessoas se lembram da limpa que a ditadura fez na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, expulsando grandes cabeças da universidade, as perseguições das escolas foram muitas. Eu, em 1978, fui vítima de perseguição aqui, do Governo do Estado, e perdi o meu contrato numa pequena escola da Zona Sul. Mas eu me orgulho de ter sido professor por muito tempo, e continuar defendendo aqui a educação de qualidade, as liberdades democráticas e a liberdade de cátedra. Há aqueles que preferem ler os conservadores, os que perseguem aqueles que defendem o livre pensamento. Eu aqui mostrei a todos a Constituição brasileira e ela é que rege toda a nossa legislação. Então não me venham com o nome que quiserem dar “Escola sem Partido”, e aí travestem com qualquer outro nome, com qualquer designação, é como muitos aqui têm dito e mostrado com a sua presença: é uma lei de mordada ou da mordada. Nós queremos liberdade! Na sala de aula, quando fecham a porta, não é o diretor que manda nas pessoas, não é o gestor da escola! O professor tem o direito e o dever de expor aquilo que é daquela disciplina com livre pensamento, ou vocês acham que alguém pode proibir a pesquisa na Internet sobre coisa de direita, de esquerda, de centro, ou seja lá do que for. Nós estamos aqui para defender a democracia, os direitos

fundamentais da educação, a cultura, o esporte, o lazer, e acabar com essa história de utilizar esses momentos de crise por que passa a Nação brasileira para torpedear a educação, para calar professores, para fazer com que nós tenhamos um retrocesso histórico no ensino e aprendizagem da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso País. Não. Em bom momento as professoras vieram aqui, expuseram um conjunto de posições e esta Câmara, nas quartas-feiras, com assuntos temáticas, aberta, participativa ao povo de Porto Alegre, que está fazendo esse grande debate. Que nós possamos fazer esse debate em cada comunidade, em cada escola, em cada canto, inclusive em praça pública, porque nós precisamos falar à população! Hoje, infelizmente, do lado dessas posições retrógradas estão setores importantes da nossa mídia, mas esses setores não avançarão sobre a liberdade, sobre a democracia, sobre o livre pensamento, sobre a firme determinação daqueles que optaram pelo magistério, que optaram por serem professores e que vão lutar por um salário digno e para serem respeitados no dia a dia, na sua sala de aula. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Senhores e senhoras, as manifestações nesta Casa são bem-vindas, entretanto, é norma desta Casa que as manifestações sejam, se possível, feitas depois que o orador exercer a sua oratória.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu só vou falar quando tiver condições para isso.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu lhe pergunto: onde é que está a mordaza? Comigo ou com aqueles que não me deixam falar? É simples a resposta. Eu quero dizer às senhoras e aos senhores que a TVCâmara filma e as pessoas veem, a sociedade vê.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu peço que assegure o meu tempo, não vou falar enquanto eu não tiver condição de falar. (Pausa.)

Sr. Presidente, eu ouvi, de forma respeitosa, aos que me antecederam, mesmo deles discordando, eu gostaria que os professores – que devem dar exemplo –, por favor, dessem o exemplo e eu pudesse me mover. Senão, eu vou ficar preocupado com o tipo de educação que estão dando aos nossos filhos.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu não tenho condições de falar, porque eu preciso raciocinar.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Eu aviso a todos da plateia que estou fazendo pausa, enquanto houver manifestação.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Se vocês não me dão cinco minutos para falar, imaginem que vocês estão falando em democracia, gente!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Mas que exemplo é esse que vocês estão dando?!

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não, Vereador. Eu vou falar quando eu tiver o mesmo silêncio respeitoso que os Vereadores que me antecederam tiveram.

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Sgarbossa, muito obrigado, eu agradeço a compreensão. Sr. Presidente, parece-me que isso é absolutamente evidente; eu evidencio o momento que estamos vivendo.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que fui por duas vezes Secretário Municipal e tive...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Por favor, o tempo!

Eu tive nessas duas vezes, meus caros colegas Vereadores, a convivência mais respeitosa e harmônica possível com os servidores municipais que conviveram comigo. Dito isso, eu quero também dizer que tenho profundo respeito por uma categoria, meus queridos amigos que aqui estão, que considero sagrada, que é...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Se eu não puder falar, eu não falo. Não tem problema.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu peço que, por favor, zere meu tempo, Sr. Presidente. Não dá!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Essa é a mordada. Eu quero perguntar: quem está gritando é professor de verdade?! É esse o exemplo que vocês estão dando?! É desta forma que estão educando os nossos filhos?! Então, está certo que tem que ter uma lei que coíba esse tipo de comportamento!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É óbvio! Porque quem não sabe respeitar os outros e não tem educação vai educar quem?! Vai educar quem? Vocês estão dando o pior exemplo que pode ter, porque esta é a Casa da democracia! Se vocês não sabem respeitar alguém que foi eleito, vocês não sabem respeitar a democracia!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Vereador, o tempo está sendo descontado aqui.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sou eu o fascista que não respeita vocês? Mas a TVCâmara mostra o que nós estamos vivenciando. Não se preocupem, vai passar nas casas das pessoas, as pessoas vão poder ver e vão poder formar convicção a respeito do tipo de trabalho que as lideranças, algumas más lideranças, estão fazendo em relação aos professores e aos alunos. Essa é a forma que vocês ensinam os professores?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Vereador, nós estamos descontando o tempo de paralisação em decorrência das manifestações da plateia.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não sou bebê chorão. Eu só quero ter tempo de poder falar. Tem um rapaz, ali, que é do Simpa, que é um grande agitador, esculhambador. E o pior é que se esconde atrás da imunidade sindical.

E vou dizer mais: era para os senhores estarem em sala de aula dando aula! Quem está pagando o salário de vocês somos nós!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu pago! Eu pago! Os pais pagam! Quem paga imposto paga!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Essa é a mordaga. Fascistas! Fascistas! Fascistas! Aqueles que não dão o direito de falar são os verdadeiros fascistas! Vocês são os fascistas! Vocês são fascistas! Eu não tenho medo! Eu luto pela liberdade, eu luto pela democracia! Eu luto pelo direito sagrado! Quem não me deixa falar é o verdadeiro fascista! Aqui estão sendo confrontados os valores que cada um de nós representa. Até agora se passaram 2min50seg do meu tempo, 3 minutos, dos 5 minutos que eu tenho para falar; e vocês não me deixaram falar!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Esse é o exemplo, Ver. Adeli Sell, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver.^a Jussara Cony, daquilo que vocês ensinam!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Por que é que eu não posso falar, Cony? Por que a senhora pode falar e eu não posso falar, Cony? Eu tenho o direito de falar, porque eu fui eleito! Eu represento mais de dez mil eleitores. Eu fiz, na última eleição, 17 mil votos em

Porto Alegre! Há que se ter respeito! Há que se ter respeito! Eu não quero o voto de nenhum aqui! Mas eu quero que respeitem meu direito de falar! Não quero o voto de vocês! Não quero o voto de vocês, mas vocês têm que me ouvir e têm que me deixar falar!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Massa de manobra! Pelegada! Massa de manobra! Vocês não são professores! Vocês não são educadores. Se fossem teriam respeito.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socais Villela): Solicito à plateia que parem com as manifestações. Sr. Vereador, o tempo foi descontado. Não estou contando o tempo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu pediria que V. Exa. zerasse porque passaram três minutos do meu tempo e não pude esboçar uma linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Está sendo considerado.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: O que vai acontecer é que, infelizmente, vão ganhar a antipatia dos demais Vereadores.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Esta é uma Casa democrática, quem chegou aqui – vocês gostem ou não –, chegou pelo voto, representa o seu eleitorado, uma parcela da sociedade. É preciso ouvir, gente.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Peço que as manifestações não ocorram neste momento. É um pedido. Se continuarem as manifestações, terei que

encerrar a Sessão. Há seis Vereadores inscritos ainda. Eu terei que encerrar a Sessão, mesmo com essas inscrições. Solicito, Ver. Valter, que continue.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Professores, por mais que queiram acreditar ou não...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Por favor, gente, vamos ser maduros. Um professor, para desenvolver um conteúdo na sala de aula, precisa ter o respeito dos alunos e silêncio. Aqui é a mesma coisa: quando a gente está desenvolvendo um raciocínio, a gente precisa ter condição de desenvolver o raciocínio. Ou seja, eu gostaria de ter o direito sagrado; assim como eu ouvi vocês, que vocês...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Podem não concordar, mas me deem o direito de falar, me deem o direito de falar.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Por favor, se nós fizermos um pacto, se vocês me derem o tempo de falar...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Rapidamente, eu falo, depois, vão se seguir os outros e segue o evento, gente. (Pausa.) Então, está acertado? Está bem, muito obrigado. (Palmas.) Sr. Presidente, o senhor pode zerar meu tempo e a gente começa? Por favor, cinco minutos para eu ter o direito de fala, já que eu não pude falar.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Vereador, eu estou descontando o tempo aqui.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, um minuto e dezesseis segundos. Bom, eu quero cumprimentar a todos e dizer que sou filho da Escola Estadual Silveira Martins, lá em Bagé, e eu tenho as melhores memórias possíveis desse meu período; meu pai foi professor universitário de Direito Penal, e eu tenho muito respeito, em primeiro lugar, por essa categoria que eu acho – para além do que um ou outro militante possa dizer – sagrada, sim. Estou falando isso de coração: acho que os professores são muito importantes. Tenho três filhos, eu entrego os meus filhos a eles, todos os dias. Tenho uma filha que já é universitária, tem 21 anos, tenho uma de 13 e um de 5, entrego meus filhos todos os dias para professores; dou a minha educação em casa e os professores complementam essa educação. Exatamente por achar que a educação é uma coisa sagrada é que, em primeiro lugar, quero discordar da professora que disse: “Por que os Parlamentares estão se ocupando disso? Eles têm coisas mais importantes para se ocupar”. Desculpe, mas acho que não há nada mais importante para nós nos preocuparmos do que a educação; não há nada mais importante, por isso estou trazendo este tema a debate aqui dentro do nosso Legislativo. Claro que eu represento pensamentos e ideias que são divergentes das ideias de vocês...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Pode ser! Do que o senhor quiser! Mas eu tenho direito de ter as minhas ideias, como vocês têm o direito de ter as ideias de vocês e, dentro do espectro democrático, tenho direito inclusive de propor essas ideias e de nós fazermos a discussão. Aí, porque eu proponho ideias querem me taxar de fascista! Mas onde está o fascismo se, na verdade, estou dentro de um processo democrático e eu, simplesmente, estou pedindo o direito de falar? No fascismo, quero lembrar a vocês, as pessoas foram massacradas, porque elas pensavam ou representavam alguma coisa e não tinham esse direito. Então, temos que ter cuidado, ainda mais sendo educadores, com o sentido das palavras, com o significado das palavras, com o conteúdo das palavras, com a questão de semiótica e outras tantas coisas, porque é muito delicado nós tratarmos de fascismo e

outras coisas, ou de nazismo, como me chamaram ali: eu sou judeu! Eu tenho uma lei do ensino do holocausto, que é uma lei que está incluída na política de direitos humanos, exatamente porque acho que é sagrado! Eu sou um liberal, porque eu acho que a questão dos direitos e das pessoas – inclusive da sua opção sexual – é uma questão sagrada, não tem que ser discutida! Agora, o que o projeto de lei Escola sem Partido diz é uma coisa totalmente diferente: é que eu tenho direito de professar as minhas posições pessoais aqui na tribuna da Câmara, no meu mandato, na sede de um partido político, porque lá eu posso fazer proselitismo, na rua, na ágora, seja onde for; agora, na sala de aula, o art. 5º da Constituição Federal diz que nós temos direito à livre consciência, e um menino de 12, 13 anos, que ainda está formando as suas convicções, se um professor chega e diz para ele: “meu filho, aqui nós temos o capitalismo, aqui nós temos o socialismo. Esse aqui é um regime horrível, porque as pessoas são oprimidas, isso e aquilo. Esse outro sistema não, é a quinta-essência do universo, é uma maravilha, aqui tudo funciona, porque aqui participamos, porque aqui há democracia”. É isso que nós estamos dizendo que não pode, meus queridos professores. Nós estamos dizendo que tem que haver neutralidade no ensino, nós temos que apresentar as histórias e as experiências da humanidade, e o Programa Escola sem Partido não é o que vocês estão espalhando, que é a escola sem ideologia. Não! E nós estamos querendo o contrário, ou seja, que a escola seja plural, que não se faça juízo de mérito. Está escrito aqui no projeto de lei, não viu ou não sabe quem não quer ver. Eu quero ler para vocês aqui. (Lê.): “Art. 1º – é assegurado a todo estudante do ensino regular do Município de Porto Alegre o aprendizado em estabelecimento de ensino público ou privado, que, na aplicação do magistério de educação obrigatória e dos níveis médio e superior, respeite ou faça respeitar por seus representantes, funcionários e professores: 1 – a neutralidade político-ideológica na condução do ensino na prática do magistério.” Além discorda disso?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Bom, então o que vocês querem é fazer doutrinação política, é isso?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Bom, se discordam de uma é um raciocínio lógico. Quem estudou lógica aqui? (Lê.): “2 – o pluralismo de ideias e convencimento de origem político-ideológica...” Ou seja, é exatamente isto: é o pluralismo. Eu não estou dizendo que não pode falar em ideias políticas. O projeto não diz que não pode falar, ele diz que tem que ser o contrário, tem que ser plural! Quando nós falarmos a respeito das experiências socialistas, hoje na Venezuela e em Cuba, onde há essa democracia maravilhosa, onde a oposição pode falar, onde tem eleição, onde quem é opositor não está na cadeia, que a gente ensine isso, se vocês quiserem ensinar, mas falem dos exemplos de países de capitalismo desenvolvido e de democracia! Não pintem os Estados Unidos da América como um grande satã, falem da experiência educacional desses países. É isso. Ninguém diz que não pode falar da ditadura no Brasil, só que o que temos que dizer é que, naquele momento histórico e naquela quadra histórica, e isso ninguém pode refutar nem negar, o mundo era bipolar, nós tínhamos a cortina de ferro de um lado e a hegemonia americana de outro lado. Estavam em disputa duas visões de mundo, e, naquele momento e naquela quadra histórica, se estabeleceu essa luta histórica e política. Ninguém está querendo negar isso. (Lê.): “3 – a liberdade de consciência e de crença...” Está escrito aqui! Mas que fascista é esse que quer dizer que todo o mundo tem que ter liberdade de crença e de consciência, gente? (Lê.) “4 – o reconhecimento do estudante...” Aí tem um ponto fundamental, Srs. Vereadores e Sras. Professoras, que é o art. 5º da Constituição Federal, que determina a liberdade de consciência, que é algo sagrado. Nós saímos de uma ditadura para termos direito à liberdade de consciência. Então o jovem, com 12 ou 13 anos, está formando as suas convicções. Quando o mestre, que é uma figura que deve ter – e eu desejo que tenha – autoridade e hierarquia sobre esse jovem, imputa, traz a ele informações e juízos pessoais, de mérito, ele está... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Valter Nagelstein prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Talvez, professora, em Cuba, se a senhora dissesse que deu, deu. Aqui não é Cuba, não é Venezuela. Não deu, não deu!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quem diz se deu sou eu, porque eu fui eleito, a senhora não!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu tenho cinco minutos em tempo de liderança, e, se eu não puder continuar falando, eu paro, como antes.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: *O.k.*, posso seguir? Obrigado. O item 4 do art. 1º acima mencionado fala sobre o reconhecimento do estudante como pessoa vulnerável na relação de aprendizado. Esse é o ponto central desse projeto, pelo seguinte: o art. 5º da Constituição diz que nós temos liberdade de consciência. Vocês podem acreditar no que quiserem, até, por exemplo, que a Venezuela é democrática. Vocês podem fazer uma homenagem, como a Ver.^a Jussara Cony, do PCdoB, fez ao ditador da Coréia do Norte. Dentro da democracia, isso é possível; dentro da democracia e só na democracia isso é possível. E o que nós estamos dizendo é que o aluno, o jovem, o aprendiz está em situação vulnerável frente ao mestre. Ele está lá para absorver, está lá para aprender, então nós temos que ter muito cuidado. Eu não quero ensinar isso para vocês, vocês é que são os professores, mas isso, meu queridos professores e professoras, se chama ética. Ética! Nós sabemos que os pais também têm um papel fundamental, e nós não podemos fazer isso.

O último, meus caros professores e professoras, diz respeito ao direito dos pais ou responsáveis de acesso ao programa pedagógico do estabelecimento de ensino bem como de participar da definição das propostas educacionais.

Portanto, arrolei cinco pontos centrais do projeto de lei. Agora, se alguém me apontar nesses cinco pontos onde estão algumas das questões que vocês estão numa prática que nós conhecemos bem: repetir as mentiras e continuar repetindo até elas se

transformarem em verdade. Se apontarem nesse projeto de lei algo que flerte, que se aproxime, que sinalize alguma coisa de arbítrio ou de fascismo, eu, imediatamente, retirarei o projeto.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Onde está? Estou achando que muitos aqui estão sofrendo de uma incapacidade cognitiva! Porque estou falando e tem gente que não conseguiu entender o que foi dito!

Também não podemos esquecer, meus caros Vereadores, que estamos aqui na perspectiva de uma eleição – que bom que em uma democracia pode ter eleição! – de duas chapas: uma liderada pelo PSOL e outra pelo PT, da ATEMPA, a chapa 1 e a chapa 2! No dia em que eu fui dar uma entrevista para uma televisão que veio aqui, a professora Silvana Moraes, que está concorrendo, ela é ligada ao PSOL, o esposo dela estava com uma camiseta do Che Guevara! Ele pode estar com a camiseta na rua, na Esquina Democrática, em qualquer lugar, mas ele não pode estar na sala de aula! Porque não pode fazer pregação ideológica dentro... Gente, não pode!

Por último, vou dizer que nós não estamos tratando aqui, minhas queridas professoras, vocês podem ser especialistas e mestres em educação...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quem está sofrendo de histerismo, eu não tenho como...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Por favor! Mais me reforça a convicção de que nós, aqueles que me acompanharem, estamos no caminho certo, porque mais evidencia essa demonstração que vocês estão dando de que a sociedade não responde; a sociedade vai responder, porque a sociedade está vendo! Aqui está a foto da Carina Vitral, presidente da UNE, abraçada no Maduro (Mostra a foto). Eu quero dizer que, infelizmente, agora vamos entrar na disputa ideológica. Eu estou aqui defendendo ...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, não tenho condições...

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Esclareço que estou descontando o tempo enquanto houver manifestações, e, a continuar, não terei dúvidas em encerrar a Sessão.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Se vocês acreditam na vã ideia de que estão me causando algum prejuízo de natureza política, acreditem, ao contrário, vocês estão reforçando a minha posição, inclusive, aqueles que me apóiam. Então é uma questão de inteligência. Deixem, por favor, eu concluir o meu raciocínio. O projeto escola sem partido é este movimento que identificou, por sua vez, esse tipo de prática, que é nefasta, que é negativa, e que nós queremos isto: que a escola seja um espaço de formação de cidadania, de liberdade; não de uma cartilha que diga o que as cartilhas do MEC vêm dizendo nesses últimos tempos.

E volto a dizer, por último, não é uma questão pedagógica, que aí eu não entraria nesse campo, porque não vou discutir com professores, mas é uma questão de direito, e aí não tenho a pretensão de discutir comigo, inclusive, de constitucional, que é a questão do direito de liberdade de consciência, que a liberdade de consciência, quando vocês fazem esse tipo de trabalho que fizeram aqui e reproduzem dentro das escolas, estão ofendendo o sagrado direito de liberdade da formação das nossas consciências. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, prezados lutadores e lutadoras da educação brasileira, quero iniciar esta fala com uma

frase do meu colega Ver. Valter Nagelstein, que sempre diz nesta tribuna: “Não vá o sapateiro além do seu chinelo”. Quero dizer que a escola de Porto Alegre, a escola brasileira e os professores não precisam de lei para orientá-los, basta que ele e o seu PMDB não rasguem a Constituição e a apliquem. A Constituição brasileira já determina as nossas relações em sociedade e, entre elas, está a liberdade e o direito de pensar e o direito de ir e vir, não precisamos de um Alexandre Frota ser um orientador educacional brasileiro. Dito isso, preparei uma pequena fala que todos vocês sabem de cor e salteado, mas é preciso falar aqui para ficar gravado e nós deixarmos claro. Para Paulo Freire: a libertação do homem oprimido, tão necessária a si e ao opressor, será possível mediante uma nova concepção de educação: a educação libertadora, aquela que vai remar na contramão da dominação. Freire propõe abandonar a educação bancária, a qual transforma os homens em vasilhas, em recipientes a serem preenchidos pelos que julgam educar, pois acredita que essa educação defende os interesses do opressor que trata os homens como seres vazios, desfigurados, dependentes. Ao invés de disso, buscou defender uma educação dos homens por meio da conscientização, da desalienação, e da problematização. A tal investigação Freire chamou de universo temático, um conjunto de temas geradores sob o nível de percepção da realidade do oprimido e de sua visão de mundo sobre as relações homem-mundo e homem-homem, para uma posterior discussão de criação e recriação.

Na prática, o projeto da escola sem partido pode resultar tanto na criminalização de posições dissonantes em sala de aula, quanto por – pior – naturalizar elaborações de direita, homofóbicas, discriminatórias, racistas, entendidas como neutras. Eu quero dizer que dois projetos estão no Congresso Nacional; um na Assembleia, do Dep. Van Harten Van e um nesta Casa, do Ver. Valter, os quais colocam pretender impedir o que chamam de assédio ideológico de professores perante seus alunos, trata-se de um enorme ataque à autonomia pedagógica dos professores, baseado numa concepção tacanha, mas não menos perigosa do que é o processo pedagógico. Por trás disso, escondem-se as ideologias da direita brasileira.

Quero dizer que há 2415 anos, levando-se em conta essa proposta, no ano de 398 a.C., Sócrates foi executado sob a alegação de que estava corrompendo a juventude com ideias subversivas; É isso que está em debate. Quero dizer nesta tribuna que nós que aqui estamos somos todos Sócrates...

Quero dizer nesta tribuna que nós que aqui estamos somos todos Sócrates, somos todos Darcy Ribeiro, somos todos Paulo Freire. Não à mordança! Um grande abraço e boa luta!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Villela; Vereadoras e Vereadores, uma saudação muito especial aos municipais e aos professores que se fazem aqui presentes, porque das poucas categorias que existem e que se justificam pelo amor à profissão é a de professor, que, além de tudo, tem que fazer uma batalha, além do amor e da paixão, para se manter e ter liberdade. Então, supera todas as coisas. Estava comentando que acho que há uma dicotomia equivocada. Por que um pastor pode falar algo na igreja evangélica e dar a sua opinião? Por que um padre, quando alguém vai se confessar, pode dar a sua opinião? Por que um psicólogo, quando trata alguém, pode dar a sua opinião? Por que, quando se entra num táxi, pode-se dar uma opinião? Porque somos essencialmente diferentes. Comparar e colocar as pessoas num corte, um para cá e outro para lá, é o máximo do que há de medieval, é o máximo do que há de atraso. Tenho convicção de que as Vereadoras Jussara e Fernanda são diferentes, e também de mim, não pensamos todos iguais. Eu estudei em escola pública e tive aula com um padre, por um período; ele me influenciou em alguma coisa?! Tem professor que vai defender time futebol; qual é o problema? Vai influenciar alguém a mudar? Imagina, Valter – e sabes que tenho o maior respeito por ti –, se fosse uma regra não poder manter o cabelo com gel. Ou todo aluno não poder usar cabelo comprido, mas com gel para trás, camisa de botões para dentro das calças, sapato e meias até o joelho. Valter, quero te dizer que és meu irmão, quero dizer que respeito a tua filha se ela quiser tirar uma foto com o Temer e colocar no Facebook dela; se ela quiser tirar uma foto com o Eduardo Cunha ou com quem ela quiser, tem-se que respeitar, porque a liberdade é individual. Levanta a mão quem é que já levou ficha de filiação para dentro de sala de aula. Levanta a mão! Ninguém levou! Ninguém levou! Ninguém leva! Levanta a mão aqui e me prova, aí eu voto com o projeto do Valter, Jussara...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Pessoal, eu tenho um tio que pensa de forma conservadora, completamente inversa do que eu penso; eu tenho uma irmã que pensa diferente de mim; eu tenho um bisavô, que foi criado em outra época, e aí eu não posso comentar com essas pessoas, não posso falar, não posso fazer um jantar de natal porque elas vão me influenciar?! Nós não podemos fazer a virada de ano juntos, porque um tio ou primo pensa diferente? Isso é o máximo do desrespeito. Lamentavelmente, nós vivemos uma humanidade perversa. Um projeto desses, chegar a ser cogitado em 2016, é porque nós estamos na época dos dinossauros, atrás dos dinossauros. Eu quero dizer para vocês – eu que trato da causa animal peço sensibilidade à causa animal – que o que eles estão propondo é o que os animais vivem. Professora Silvana, eu proponho que, a partir da segunda-feira, quando a senhora for dar aula, ou o Alexandre ou qualquer outro professor que estiver aqui, coloquem um esparadrapo na boca dos alunos e na de vocês também, e passem a matéria no quadro. Se o cara perguntar sobre o dois, o dois pode influenciar o três. Ou se estiver explicando sobre Ciências, daqui a pouco o cara vai virar biólogo. Cara, seria *stand-up* isso aqui se não fosse tão ridículo, não é, Alexandre? Só que, lamentavelmente, isso aqui é o termômetro da sociedade. Se o Bolsonaro existe, é porque tiveram 500 mil para votar nele. Ele sim não estima a opinião. Ele pode ter opinião com a mulher, com os filhos, agora, ele não pode instigar o ódio como ele faz. Ele não pode, de maneira nenhuma, odiar o outro por ter opinião diferente!

(Manifestação antirregimental da Ver.^a Jussara Cony.)

O SR. RODRIGO MARONI: Desculpa, Ver.^a Jussara, eu normalmente não falo assim. Agora, de verdade, gente, um infeliz daqueles mata gente! Mata, porque incentiva que as pessoas não podem ser diferentes. Eu sou diferente, de cada um aqui, com orgulho, e feliz por cada um pensar como quer.

(Revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Eu solicito ao Ver. Rodrigo Maroni que examine as notas taquigráficas.

O Sr. Rodrigo Maroni (Requerimento): Eu solicito a retirada, das notas taquigráficas, de algumas expressões do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Defiro o pedido.

Registro a presença, nesta Casa, do Ver. Zé Lima, do Partido Solidariedade, de Viamão. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos debates acalorados nesta tarde, colegas municipais, Vereadoras, Vereadores, Ver. Villela, presidindo esta Sessão. Eu gostaria de abrir a minha fala com uma citação, talvez alguns reconheçam a autoria: “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse, às classes dominadas, perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” Paulo Freire. É isso o que estamos discutindo aqui. Em outra oportunidade, em plenário, falei durante 15 minutos, em Grande Expediente, sobre a questão dos projetos da tal escola sem partido. Manifestei-me positiva e favoravelmente a uma escola sem partido, desde que o projeto fosse especificamente claro: não se pode usar bóton, não se pode usar camiseta, não se pode levar bandeira para sala de aula. Aí sou favorável! Militância partidária dentro da sala de aula, não! Voto favorável. Não é essa a essência dos projetos que estão em andamento no cenário Federal, Estadual e Municipal. Não é essa a essência e, sim, o cerceamento da liberdade de fala, da expressão da opinião do professor, expressão essa que é fundamental para o desenvolvimento crítico dos seus alunos.

Dou aula há 16 anos. Neste ano tenho um aluno que se destaca com relação a todos os demais que tive até então, um aluno que faz uma defesa firme do Deputado Federal Bolsonaro. Temos alguns enfrentamentos ideológicos, debates em sala de aula – ele, mostrando as suas convicções, e eu colocando as minhas. Isso é saudável. O debate, a discussão, esse tipo de enfrentamento precisa continuar, porque nós desenvolvemos o senso crítico da população, o que precisamos continuar fazendo. A educação como um cofrinho: o professor chega, a cada dia, coloca uma moedinha dentro de um receptáculo vazio – o que é isso? Estamos voltando às trevas e considerando nossos alunos tábula

rasa? Eles trazem informações, vivência que deve ser estimulada a ser externalizada, compartilhada com seus colegas. Impedir isso é um retrocesso monstruoso, que vai deixar marcas no futuro. E é disso que estamos falando, no presente. Estes projetos atacam frontalmente a educação. Eu faço uma sugestão, um desafio a todos aqueles que colocam projetos com este intuito: entrem na faculdade, façam um curso de pedagogia, uma licenciatura, estudem, e aí proponham mudanças, aí proponham alterações. Agora, um indivíduo, dotado dos seus mais renomados achismos, impor uma realidade só sua, que só favorece um tipo de concepção ideológica – manutenção das coisas como estão, falta de crítica com relação a todas as desigualdades sociais -, isso é ideologia. E impedir esse tipo de debate é uma atitude ideológica, sim! É isso que o Vereador faz, é isso que o Vereador traz à tona: o cerceamento do debate, da discussão. Todos os projetos Escola sem Partido visam criar exatamente um espaço de conformismo social. Conformismo! “As coisas são assim, e assim elas devem continuar.” “Faz parte.” “Tu nasceste na periferia, tu tens que te acostumar com esta situação: falta de saneamento básico, falta de água tratada, doenças infectocontagiosas borbulhando. Acostuma-te! A vida é assim!” É para isso que servem esses projetos. As discussões sobre feminismo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...as discussões sobre discriminação sexual, discriminação de gênero, discriminação racial, essas discussões provocam instabilidade, e é a partir dessas instabilidades que a nossa sociedade avança. Queremos cercear, então, impedir o avanço, impedir conquistas, impedir o crescimento da nossa população, dos nossos jovens? O que me parece, essa é a intenção explícita do Vereador. Essa é a intenção! Gostaria de finalizar fazendo um pequeno comentário. O Ver. Valter Nagelstein filiou a professora Silvana no PSOL, é muito orgulho, ela não é do PSOL! Mas é bom ter uma pessoa assim... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, professoras, alunos, pais que aqui se encontram, eu acho que esta Casa tem que discutir

o que está acontecendo em alguns países, que, em 15 ou 20 anos, deram um salto muito grande, evoluíram séculos, porque não veem o que está ocorrendo na nossa Cidade nos último 20 dias em que os professores, os funcionários da saúde e o restante dos servidores municipais estão em greve buscando não melhorias de salário, não aumento real, estão buscando somente a inflação, e a proposta do ano passado é que o reajuste da inflação seja parcelado. Em vez de o Governo investir na educação como a Coreia, China, Suécia, Dinamarca, que uso como exemplo de padrões mundiais... Porque ser professor não é uma opção que a pessoa escolhe quando é jovem, como eu que escolhi ser metalúrgico, depois trabalhar no comércio; ser professor é uma coisa nata. A pessoa escolhe ser professor, ser orientador, a pessoa escolhe levar o conhecimento para as pessoas, é uma aptidão. Agora o que se quer aqui é que o professor, que nasceu com aquela aptidão de levar o conhecimento, vire um pai, querem passar a obrigação dos pais para o professor. O professor tem que levar para a sala de aula o debate, o conhecimento; professor não tem que ir para sala de aula educar filho de ninguém, esse não é o papel do professor. O papel do professor é levar o conhecimento e ser muito bem pago para isso. Esse é o debate que tem que se fazer em nível municipal, estadual e federal. Não podemos discutir aqui o que foi dado como exemplo, o capitalismo e o socialismo. Claro que temos que discutir isso, temos que dar os exemplos do capitalismo selvagem, que vem demitindo as pessoas, que vem acabando com as famílias. E querem dizer que a causa da violência é somente o tráfico de drogas! Não, a causa da violência, muitas vezes, é esse capitalismo que desemprega as pessoas, que joga milhões e milhões de pessoas no desemprego pela ganância. (Palmas.) Tem que se discutir isso sim! Por que não se pode discutir isso em uma sala de aula? Dizer para aquela criança que ela está estudando em uma escola pública que foi sucateada! Porque, hoje, os que vêm aqui nesse púlpito dizerem que estudaram em escolas públicas, seus filhos estudam nas melhores escolas particulares! E aí permitem que a escola pública seja sucateada. Tem que dizer isso! Por que é que, hoje, sobem nos púlpitos os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Senadores, os Vereadores para dizer: “Eu estudei em escola pública”. Mas por que não colocam seus filhos para estudar em escola pública? Por que não fazem uma lei dizendo que os seus filhos vão estudar em escola pública e, então, participar das suas reuniões, discutir a merenda, o banheiro. Vão participar da escola pública, não vir fazer demagogia querendo discutir grade curricular, dizendo que a escola

pública não pode discutir política, porque a escola particular discute – e muito – política. E aí os nossos filhos não podem discutir política? Podem e devem discutir política! Devem discutir a política, o preço do arroz, do feijão, da passagem, devem discutir como é que se compõe uma câmara de vereadores, uma assembleia legislativa...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...qual o papel desses representantes e a importância de uma eleição. Então, senhoras e senhores educadores, estamos aqui e não vamos desistir jamais do direito dos nossos filhos de aprender e de discutir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, professores aqui presentes, Prof.^a Ana e Prof.^a Russel, eu acho que, hoje à tarde, tivemos uma aula aqui, quero dar alguns elementos do meu ponto de vista, porque talvez muitos não estejam acostumados às dinâmicas do Parlamento. Hoje tivemos aqui um verdadeiro teatro, mas um teatro proposital – proposital. Nós tínhamos aqui a assessora do Ver. Nagelstein que filmava enquanto ele fazia aquele teatro, e, dentro de alguns minutos – se é que já não está nas suas próprias redes sociais –, será um vídeo, que, para o seu público, como se diz, terá muitos compartilhamentos e muitas curtidas. E era esse o objetivo do Ver. Valter Nagelstein, e ele conseguiu. E ele conseguiu. Talvez ele tenha aprendido com o ator Alexandre Frota, que é o seu grande mestre, inclusive no tema da escola sem partido. Eu acho uma pena que algumas pessoas que se dispõem à vida pública optem por fazer a política do ódio. O Ver. Valter Nagelstein se dispõe a fazer a política do ódio, e é claro que ele tem as reações que merece, mas é incrível percebê-lo no papel de vítima do que ele mesmo provoca. Ele, a todo o momento aqui – Sr. Presidente, por isso tentei fazer o aparte –, mesmo quando vocês estavam quietos, quando tomava a palavra, fazia provocações para que houvesse reações, para aí se colocar no papel de vítima, dizendo que estava sendo tolhida sua palavra. Eu estou aqui mostrando o meu ponto de vista, de quem está aqui há três anos e meio, percebendo essas lógicas que, infelizmente, colocam a política num patamar abaixo do que deveria estar, porque a discussão aqui é uma

pág. 39

discussão séria (Palmas.). E o perigo real que ela traz é que, quando o professor e a professora estiverem em sala de aula falando, como ele mesmo disse, sobre o capitalismo e o socialismo, haverá, Prof. Alex, aquele seu aluno que adora o Bolsonaro, e ele, na sua interpretação, entenderá que o professor está exaltando o socialismo em vez de simplesmente apresentar a doutrina socialista. Percebem? Esse é o risco concreto de uma denúncia de um aluno como esse, para a Direção, para os órgãos de controle. Esse professor terá de responder por ter partidariado, e o socialismo não é um partido, apresentar Marx em sala de aula não é tornar os alunos marxistas. Aliás, quem ensina, quem é professor sabe que a reação muitas vezes é para tentar se diferenciar do professor. Então, vejam que estamos aqui tratando de temas complexos e que depois, no dia a dia, assim como é a educação de gênero... Eu até lembro que – no dia em que votamos aqui, Fernanda, Sofia e Adeli -, estava aqui um ex-aluno meu da FADERGS, que estava aqui gritando, falando sobre a sexualização do ensino. Aí eu ficava pensando: aquele foi meu aluno de filosofia, dentro da faculdade. Vejam: como um professor vai conseguir falar sobre história, sobre política, sobre filosofia? É lógico que ele pode – e acho que isso é honesto – colocar a sua preferência pessoal.

Então, me assustam muito essas ideias liberais, que, na verdade, são liberais econômicas, mas que são extremamente moralistas e chegam a ponto de quererem definir inclusive qual a camiseta que um professor ou uma professora poderá usar em sala de aula. Isso não é um liberalismo. Eu entendo as ideias liberais, tenho respeito por elas, foi a partir delas que nasceram as lutas contra os arbítrios dos Estados, os direitos humanos e assim por diante, mas quando o liberalismo é apenas econômico, para favorecer a sua própria classe, aí há problemas, o sujeito não entendeu que defende a posição equivocada. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Fernanda Melchionna: Sr. Presidente, eu tenho aqui um requerimento da professora Silvana Moraes, que foi citada nominalmente, não só ela, como professora da rede, mas também a instituição ATEMPA e o seu marido foram atacados da tribuna. É uma solicitação, um requerimento de pedido de direito de resposta à Câmara de Vereadores. Entrego a V. Exa., que preside os trabalhos nesta tarde, dizendo que não só os professores estão sendo atacados como também as suas famílias.

(Procede à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiramente, quero prestar um elogio, o que é raro eu fazer aqui, estou brincando, mas quero fazer um elogio à Ver.^a Sofia Cavedon. A Ver.^a Sofia Cavedon ontem, na nossa Comissão de Direitos Humanos, nos trouxe um esboço de um projeto que é dela e que ela, de forma muito cordial e fraterna, sinceramente, trouxe para vários Vereadores assinarem. Queria fazer este registro, Ver.^a Sofia, e dizer que é muito justo o projeto que V. Exa. propôs. A Ver.^a Sofia Cavedon propôs uma lei que estabelecerá regras para compensação, dos dias não trabalhados por servidores e servidoras municipais, em decorrência de decisão tomada em assembléia convocada pelo sindicato da categoria. São diversos Vereadores que assinaram; eu assinei, o Ver. Alex, a Ver.^a Fernanda, enfim, diversos Vereadores assinaram. Esta é uma proposição de todos esses Vereadores, da Ver.^a Sofia e de mais um conjunto de Vereadores, mas que a Ver.^a Sofia capitaneou e acho que, como a grande maioria aqui são municipais, é muito importante que saibam e que nos ajudem a transformar essas ideias em lei, mesmo com a resistência que vamos ter do Poder Executivo Municipal. Parabéns, Vereadora.

Dito isso eu queria manifestar o meu mais profundo respeito aos professores. Sou filho de professor. Minha mãe, professora estadual aposentada, sofreu muito com diversas greves, meu pai, professor universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi chefe de departamento, do Departamento de Ciências Penais por muitos anos e também por isso eu acabei, por 8 anos, sendo professor substituto de Medicina Legal, dando aulas de Medicina Legal para o curso de Direito, o que acabou sendo, ao mesmo momento, uma situação bastante peculiar, eu acabei sendo professor e aluno. Eu era aluno de Direito na Pontifícia Universidade Católica, já médico formado, e era professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde dava aula de Medicina Legal. Realmente, o magistério é apaixonante. E o que passa sempre à nossa mente é a necessidade de cada vez mais valorizarmos profundamente a educação. Eu acho que o

nosso País não vai avançar enquanto nós não valorizarmos profundamente a educação. Nós valorizamos com plano de carreira, esses profissionais devem ser muito bem pagos, assim como os médicos, que hoje estão jogados, atirados, também acho que devem ser valorizados. Eu acho que o nosso País só vai poder avançar nesse sentido a medida em que puder valorizar melhor essas categorias profissionais, não fazer como se faz na Prefeitura, que valoriza só quem é o dono do cofre, só os profissionais da Fazenda, esses que são, polpuda e grossamente, valorizados. Nada contra a valorização deles, não queremos aqui ser caranguejos – de puxar todo mundo de novo para baixo -, nós precisamos valorizar todos, em especial, no meu modesto ponto de vista, os profissionais da Saúde e da Educação. (Palmas.) Sr. Presidente, eu só queria fazer um adendo e dizer que essa valorização também passa, Ver. Cláudio Janta, por um projeto proposto por V. Exa. nesta Casa e aprovado com muita dificuldade, e esperamos que o Prefeito Fortunati não vete, politicamente, como tem feito muitas vezes. Espero isso...

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Dr. Thiago prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Então, Ver. Janta, para finalizar, só quero dizer que espero que o Prefeito Fortunati não faça, como faz com os meus projetos e com as minhas emendas, que ele veta publicamente, isso é claro, eu tenho dito aqui, espero que não faça isso com o seu projeto, que foi aprovado por ampla maioria nesta Casa. O projeto do Ver. Cláudio Janta propõe que as escolas públicas municipais passem – gradativamente, de forma escalonada, de forma discutida com o conselho escolar, de forma discutida com os professores – a ser escolas de turno integral, exatamente por acreditar que a educação, a valorização do professor e a educação integral são importantes para afastar, principalmente, os mais vulneráveis das ruas. As famílias, hoje, estão com muita dificuldade, pelo desemprego, pelas dificuldades sociais. Se nós não pudermos acolhê-los nas escolas, certamente, os traficantes o farão. E nós precisamos evitar isso. Parabéns aos professores, parabéns aos Vereadores que mostram, nessas ações, que, realmente, têm papel protagonista. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada. Eu quero ser rápida e peço desculpas aos professores e às professoras, porque eu já havia me manifestado nesta tribuna. Eu acho que o debate foi bastante razoável com algumas raras ou talvez uma rara exceção. Em função dos ataques que foram proferidos, nesta tribuna, contra a Professora Silvana Moraes, inclusive contra o marido da Prof.^a Silvana Moraes – esposo, primo, não sei, mas foi referido como marido -, acho que o próximo projeto de reacionários deste tipo vai ser regulamentar a camiseta que as pessoas podem usar. Porque, inclusive, no dia da entrevista que nós demos contra a escola com mordança, ele deu um jeito de atacar quem acompanhava a Professora Silvana e representava, naquele momento, a ATEMPA, posicionando-se contra esse projeto.

Agora, eu me inscrevi, na verdade, para dizer que nós ouvimos uma lógica muito demagógica aqui. Ao mesmo tempo em que tratam de filiar lutadores e lutadoras no nosso partido – infelizmente a Professora Silvana não é filiada ao PSOL, seria muito bem-vinda, assim como o conjunto dos lutadores – mas essa pessoa tenta despolitizar a relação dos lutadores com os seus sindicatos, com o seu ativismo, com a sua associação, com a sua sala de aula, que é um espaço de crítica e de construção coletiva de conhecimento, para não entrar no debate político do partido dele. Porque parece que o Vereador não tem partido, que não é do PMDB do Eduardo Cunha, que não é do PMDB do Temer, que quer agora colocar a reforma trabalhista para 70 anos, para que a gente se aposente com 70 anos. Parece que não é do partido do Renan Calheiros e parece que o problema, no Brasil, não é a corrupção destas ratazanas de terno e gravata, acostumadas no conluio dos palacetes fartos do poder, de bilhões e bilhões de reais. E o problema são os educadores que sobrevivem, nas escolas estaduais, sem merenda, que sobrevivem sem biblioteca nas escolas municipais, sem professores, sem segurança, companheiros e companheiras.

A Frente Parlamentar tem feito um excelente trabalho, Ver. Alex, mas a realidade é que a rede clama por segurança, os educadores sobrevivem com o assédio moral no pescoço, cotidianamente imposto por uma lógica perversa de não respeitar os trabalhadores. Parece que o problema da educação são os trabalhadores e não as perdas salariais; se

acumulam anos de perdas da categoria, da classe trabalhadora no Brasil, que vive uma crise gerada pelas elites, geradas pelos ricos que seguem financiados, com o orçamento da União – 50% são drenados para os grandes banqueiros e grandes empresários –, e os governos têm dado uma receita de arrocho salarial e de ataque aos direitos conquistados pelos trabalhadores. Então, na verdade, essa é uma lógica de se escamotear do debate global dos ataques que o Sartori tem imposto para a educação estadual, porque os professores têm até salário parcelado no Rio Grande do Sul – ele é do PMDB, o mesmo partido do Ver. Valter Nagelstein! –, e de atacar o conjunto dos professores da rede municipal para que não se discuta gênero na escola, para que não se discuta diversidade na escola, porque nós precisamos de uma educação antimachista, antirracista, uma educação inclusiva, que forme para a diversidade, porque nós precisamos, sim, de uma educação crítica que construa sujeitos da história, que os estudantes se empoderem, porque a gente sabe que estudante não é tábula rasa, eu vim do movimento estudantil e o que me incomoda profundamente, o que me incomoda absolutamente é que parece que o Vereador não tem partido, mas parece que só ele pode ter partido, só ele pode ter direito à fala, só ele pode seguir falando um monte de invencionices – como falou aqui na tribuna contra os professores da rede – e que a população não pode se empoderar para mudar isso, para mudar esses governos, para mudar as composições dos parlamentos, para radicalizar a democracia, para ampliar os espaços democráticos, para tirar este País da desigualdade histórica e daqueles que sempre governaram para as elites econômicas e políticas.

Eu fiquei muito contente com o debate de outros Vereadores aqui na tribuna, e acho que há condições, na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, de que esse projeto não prospere; é inconstitucional, é um projeto que ataca a Constituição Federal, ataca a LDB e ataca as liberdades democráticas. Nós precisamos, de uma forma quase unânime, nesta Câmara, derrotar esse projeto e dizer: “reacionários não passarão!”

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Sofia Cavedon: Ver. Villela, já que o Ver. Dr. Thiago fez referência, quero fazer um esclarecimento à categoria, porque ontem foi anunciado: nós apresentamos, protocolamos ontem, um projeto de lei, e o bonito é que foi escrito durante o horário do almoço, com algumas colegas professoras. Saímos do Paço e elaboramos o projeto com

o auxílio da nossa DL, assinado por vários Vereadores. Quero esclarecer, porque anunciaram na assembleia que o projeto seria votado hoje, quando, na verdade, ele passa a tramitar hoje. Ele estabelece a compensação dos dias, no caso de greves e paralisações, sem punições e sem prejuízos à carreira. Vereadores de vários partidos – Janta, Alex, Mauro Pinheiro, Sgarbossa, Jussara, Thiago, Maroni, Adeli, Comassetto, Fernanda Melchionna, esta Vereadora e outros com que ainda não pude conversar – já assinaram, porque nós queremos que isso deixe de ser instrumento de barganha, pressão ou punição. Então ele começa a tramitar, e, hoje, pela manhã, houve uma reunião muito importante com centrais sindicais, Governo e Vereadores, que avançou para essa greve, garantindo já o que ontem nós escrevemos. Isso nasceu lá no Paço Municipal, na frente da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. RUSSEL TERESINHA DUTRA DA ROSA: Para começar, eu gostaria de cumprimentar os professores e demais servidores municipais aqui presentes, engajados na luta em defesa da educação e da democracia.

Eu gostaria de mencionar, a partir de tudo o que foi tratado nesta tarde, que a pluralidade de ideias no ambiente educacional é garantida pelo acesso universal e por concurso público. Isso garante a diversidade de ideias, e não o cerceamento da liberdade de cátedra de cada professor. Eu fico me perguntando diante do que está sendo proposto no projeto de lei em tela, de neutralidade para os professores, se um professor, vinculado a esse movimento que se autointitula “escola sem partido”, seria capaz de demonstrar de maneira neutra, em suas aulas, todas as desigualdades produzidas de forma estrutural na história brasileira. Eu me pergunto se seria possível demonstrar se um professor desses, vinculado a essa ideologia de direita, seria capaz de demonstrar de maneira neutra toda a expropriação que sofreram os povos afrodescendentes e de origem indígena no nosso País. Portanto, essa suposta neutralidade ideológica que tentam impor aos professores, que, na verdade, é um cerceamento de se falar das desigualdades sociais e étnico-raciais produzidas historicamente no nosso País, é uma defesa de uma ideologia de direita, ultraconservadora e fundamentalista. Aqui, foi mencionado que os professores deveriam

apontar, como modelo, as democracias capitalistas. Eu considero que é importante, sim, mostrar que esse modelo se assenta numa sociedade muito menos desigual do que a nossa, que é desigual em razão das lutas dos trabalhadores sindicalizados, lutas sangrentas e históricas vividas pelos países de primeiro mundo e que foram financiadas pelas colônias desses países, entre elas o nosso País. O nosso País, os demais países latino-americanos, países asiáticos e africanos financiaram essas democracias bem sucedidas que têm estados de bem-estar social, que foram assim produzidos pela luta dos seus trabalhadores. Então, um professor que vá mostrar de maneira supostamente neutra o valor dessas democracias capitalistas precisa apontar como essas sociedades foram produzidas historicamente e financiadas pelos nossos países ditos periféricos ou de terceiro mundo.

Eu ainda quero me manifestar em relação a esse projeto de lei que visa o cerceamento dos professores e, pior, incentiva o denunciamento e a delação por estudantes, familiares, colegas e por desafetos, o que gera uma insegurança no ambiente institucional educativo, insegurança que já existe em razão da precariedade das relações de trabalho e da violência em muitos dos locais onde estão as escolas. Professores e estudantes já estão sujeitos a assaltos, a diferentes formas de violência e a *bullying*, muitas vezes causados justamente pelas desigualdades sociais, étnico-raciais e pelas orientações sexuais dos alunos. Então esse projeto de lei, na verdade, produz mais uma fonte de insegurança, que é a insegurança política, o cerceamento da liberdade de expressão, e incentiva o denunciamento anônimo, impedindo os professores de se defenderem desses que os denunciam de forma anônima. Tal projeto lembra muito o treinamento sofrido por meio de lavagem cerebral da juventude hitlerista, que era incentivada a denunciar familiares e a sua comunidade a partir de uma moral conservadora dos costumes. Aqui estamos diante de um retrocesso que, no mínimo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Esse projeto de lei produz um retrocesso histórico sem precedentes. E isso em um contexto de uma sociedade do espetáculo em que presenciamos aqui a produção de imagens onde faltava uma argumentação consistente para um projeto inconstitucional. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIENTE (Guilherme Socias Villela): A Sra. Ana Maria Giovanoni Fornos está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. ANA MARIA GIOVANONI FORNOS: Para encerrar, não vou utilizar os cinco minutos, até porque, confesso para vocês que nós já estamos bastantes aborrecidas de estar ali escutando vocês. É bem difícil, e acho que agora só tem meia-dúzia de Vereadores presentes. O Ver. Nagelstein já se foi. Mas eu gostaria de, fraternalmente, sugerir aos Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa que, quando tiverem a intencionalidade de propor projetos que envolvam a educação municipal, criem canais de diálogo com as instâncias democráticas que foram construídas ao longo dos anos na nossa rede. Nós temos os conselhos escolares, o Conselho Municipal de Educação, nós temos as equipes diretivas. Nenhum professor, nenhum desses canais, nenhum Conselho Municipal de Educação, nem os conselhos escolares vêm propor conteúdos, disciplinas, ou discursos que os Srs. Vereadores e Vereadoras tenham que fazer nesta Casa. Possivelmente teríamos muitas sugestões a fazer ao Regimento Interno – cheio de regras -, e até à própria Mesa, de fala um, fala outro. Mas nós não viemos aqui, porque isso não é da nossa competência. A nossa competência está na discussão dos temas da educação. Também quero dizer que todos nós, quando aqui nos dirigimos, que os professores estão sendo, a partir da proposta desse projeto, cerceados no seu pensamento. Mas o projeto vai além, porque ele está propondo para os funcionários, está propondo para a equipe diretiva. Então é muito mais do que o cerceamento da docência, da cátedra; é muito mais do que isso. É cercear as relações democráticas dentro do espaço escolar e com a comunidade escolar. Portanto, eu espero, sinceramente, porque, quando me convidaram para eu vir falar, eu disse: ah, não, eu não aguento aquele espaço. Desculpem-me, vou ser sincera, porque a gente faz toda uma discussão, daqui a pouco um fala e vem aqui – acho que o Vereador falou bem -, faz o seu circo midiático e vai embora. Mas eu espero, sinceramente, que as colocações da Professora Russel, e das pequenas contribuições que todos os Vereadores já devem ter conhecimento da legislação educacional, possam, realmente, ser objeto de discussão nesta Casa Legislativa. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Ao encerramento do período de Comunicações, quero fazer dois registros. O primeiro, muito importante, é a presença da Professora Russel Teresinha Dutra da Rosa, assim como a Professora Ana Maria Giovanoni Fornos. Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer à distinta plateia, que em determinados momentos entusiasmou-se bastante, mas diminuiu muito a intensidade do som, o que me permitiu que não suspendesse a Sessão. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h06min.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): (17h07min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Adeli Sell (Requerimento) Sr. Presidente, solicito a transferência do Grande Expediente para a próxima Sessão, na medida em que temos que fazer o período de Pauta, extremamente importante por causa de um dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Antes de passarmos à Pauta, quero fazer aqui um registro da presença do estimado Presidente desta Casa, que se faz presente aqui, tinha compromisso externo, a quem agradeço muito a oportunidade de tê-lo substituído. Não foi fácil.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h08min.)